



CRÉDITO
& MERCADO

TCE-RJ
Fls. 667
No. Processo: 221506-9/2021

CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS

PARECER TÉCNICO

W7 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA





São Paulo/SP, 02 de junho de 2023

Destinatário: Aos clientes cotistas do **W7 FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA** (CNPJ: 15.711.367/0001-90).

Assunto: Parecer Técnico referente às pautas da Assembleia Geral de Cotistas, finda no dia 05 de junho de 2023.

Introdução

Prezados, em atenção à convocação recebida, a fim de auxiliá-los na tomada de decisão dos temas a serem abordados, colocamos:

Pautas

1) Aprovação do desinvestimento integral do Fundo, por intermédio da W7BZ Holding S.A. (“Companhia”), na Zarpo Viagens S.A., nos termos e condições apresentados no arquivo anexo a este edital; e

2) Aprovação da renúncia ao direito de preferência na subscrição de novas ações de emissão da Colab Tecnologia e Serviços de Internet S.A. (“Colab”) pelo Fundo, por intermédio da Companhia, no âmbito da operação de aumento de capital do Colab, nos termos e condições apresentados no arquivo anexo a este edital.

PARECER TÉCNICO

1ª) PAUTA

Trata-se de pauta para deliberar sobre a aprovação do desinvestimento integral do fundo por intermédio da W7BZ Holding S.A na Zarpo Viagens S.A.

A Zarpo é uma agência de viagens online, líder no mercado premium no Brasil. Sua parceria com os melhores e mais renomados hotéis no mundo lhe permite oferecer um alto padrão de hospedagem, tarifas exclusivas e datas flexíveis. Atualmente estão com 75 funcionários. Possuem um modelo diferenciado baseado em três pilares:

(i) preços competitivos;

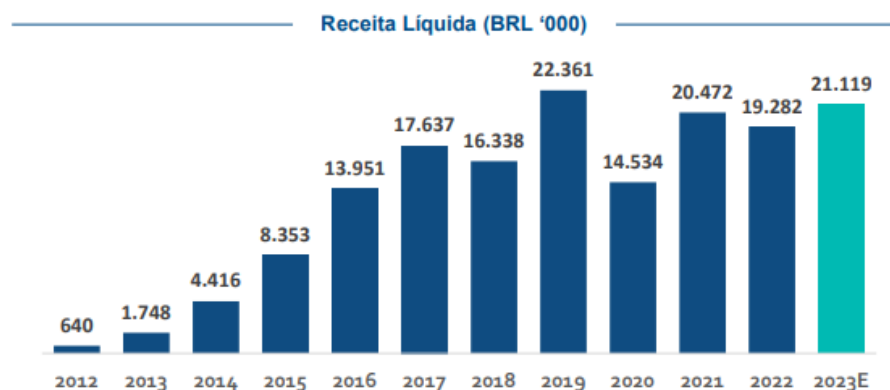
(ii) curadoria criteriosa de hotéis; e

(iii) atendimento excepcional. O setor de turismo vem enfrentando muita dificuldade no cenário macroeconômico atual, mesmo após a pandemia do COVID-19 as companhias do



setor sentem dificuldade para se recuperar, como é possível observar nas ações da CVC, por exemplo, que caíram mais 75% no último ano.

Além disso, segundo estimativas da Confederação Nacional do Comércio de Bens (CNC), em 2021 o setor de turismo deixou de faturar R\$ 214 bilhões.



Fonte: Relatório da gestora

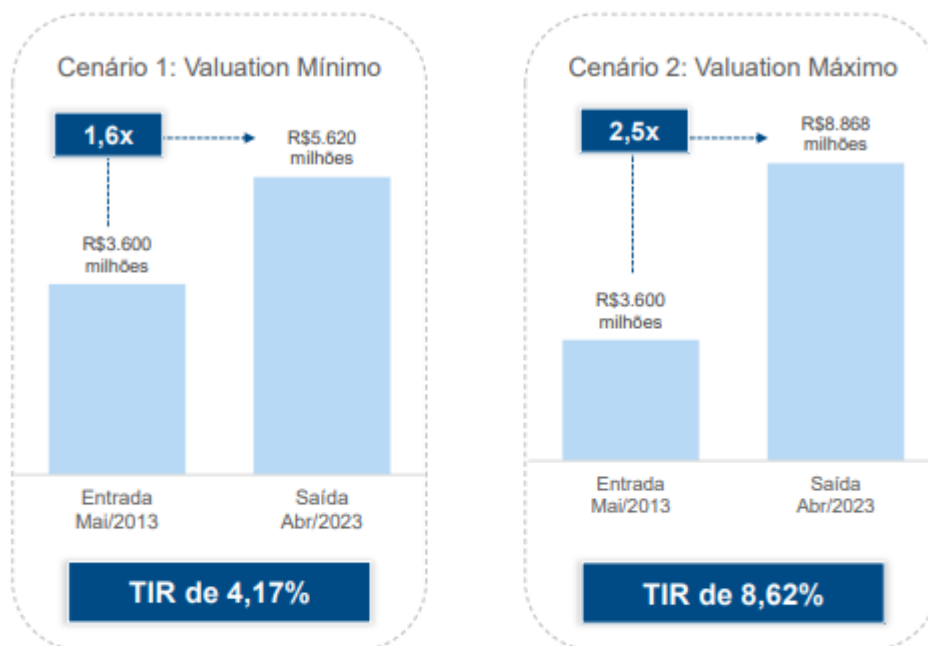
Mesmo que o segmento de agências e operadoras de viagens e turismo seja composto por um grande número de empresas, ainda assim há uma forte concentração no setor, onde poucas empresas detêm grande parcela do mercado - especialmente nas mãos da principal operadora de turismo do país, a CVC Corp.

A CVC sendo uma das maiores agências de turismo da Latam, vem consolidando o mercado nos últimos anos. Mesmo com elevados investimentos (+ R\$ 900 MM) e alta capilaridade devido às consolidações realizadas, é possível observar que a CVC enfrenta grande dificuldade para surfar o cenário macroeconômico atual. A Despegar (proprietária da Decolar), empresa argentina, também está enfrentando momentos difíceis nos últimos anos e acumula quedas em suas ações, refletindo a situação do setor, como podemos visualizar a seguir:



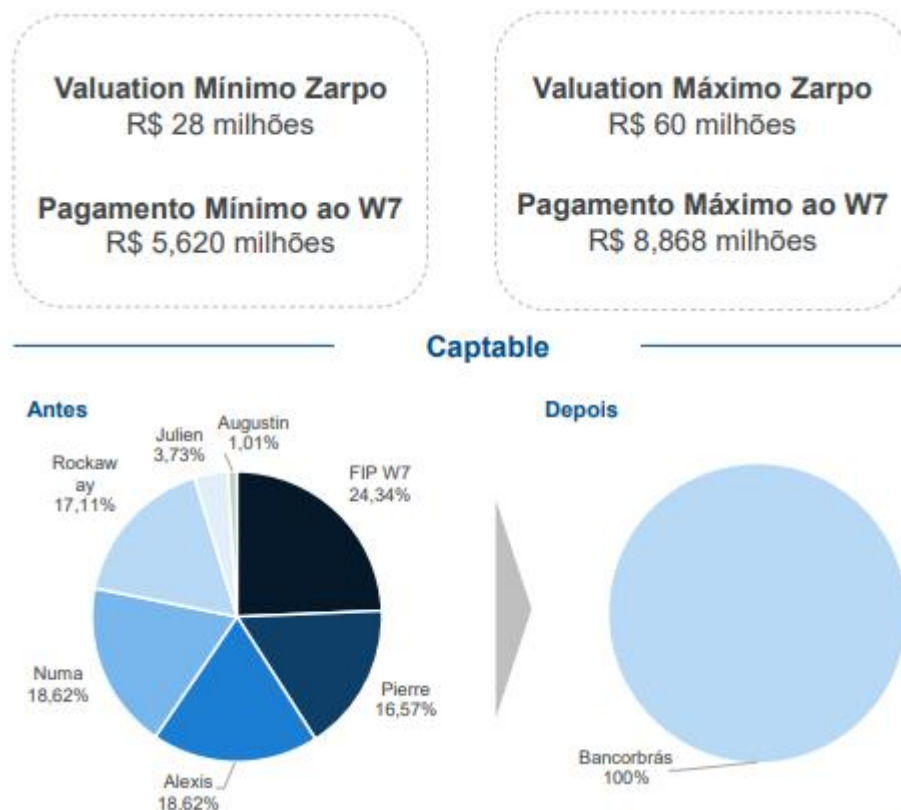


É possível verificar que o ativo valorizou em até 1,6 vezes e teve o um TIR (taxa interna de retorno) de 4,17%, caso a Valuation seja mínima e valorizou em até 2,5 vezes e tem um TIR (taxa interna de retorno) de 8,62%, caso a Valuation seja máxima.



Novo Investidor:

Clube de Turismo
Bancorbrás



Desta forma, em não vislumbrando quaisquer outros pontos no decorrer do documento, entendemos pela **APROVAÇÃO** da pauta vez que o desinvestimento se dá perante a venda integral da Zapo.

2ª) PAUTA

Trata-se de pauta para a aprovação da renúncia ao direito de preferência na subscrição de novas ações de emissão da Colab Tecnologia e Serviços de Internet S.A. ("Colab") pelo Fundo.

A renúncia ao direito de preferência de participação do capital da Colab é justificada, vez que, haverá o aumento de capital do fundo que está sem caixa, o que se mostra desinteressante em se tratando do resgate e sendo mais vantajoso renunciar para que os investidores possam fazer novos aporte.

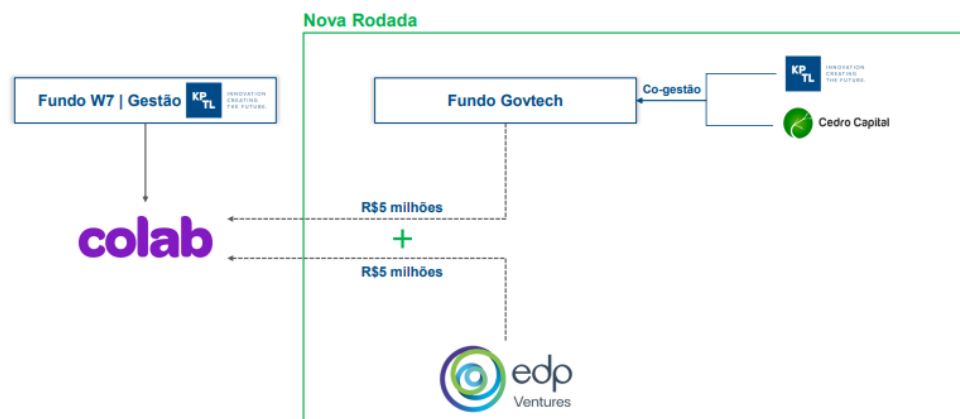
No mais, havendo a falta de capital em caixa e os investidores almejando investir na empresa, não será possível vender as cotas, fazendo-se necessária a renúncia e a realização do aporte para então posteriormente ser possível o resgate.

Conforme a gestora, a renúncia do direito de preferência na subscrição de novas ações de emissão da Colab Tecnologia e Serviços de Internet S.A. ("Colab") pelo Fundo, por intermédio da Companhia, no âmbito da operação de aumento de capital do Colab, tendo como investidos 10 (dez) milhões, sendo 5 (cinco) milhões do Fundo Govtech e 5 (cinco) milhões da EDP Ventures.



Nova Rodada de R\$10 milhões na Colab

Fundo Govtech, co-gerido por Cedro Capital e KPTL, aportará R\$5 milhões, mesmo montante alocado pela EDP Ventures



Deste modo, não apenas temos um profissional capacitado e regulamentado, autorizado a exercer a atividade pelo órgão fiscalizador competente, como também o Administrador contratado pelo Fundo é responsável pela contratação e pela escolha da entidade a exercer as atividades, qual seja, **INNOVATION CREATING THE FUTURE**.

Diante da pauta apresentada e com base nas informações aclaradas pela auditoria e não vislumbramos óbices entendemos pela **APROVAÇÃO** da pauta.

Permanecemos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Diego Lira Moura

Economista
Consultor de Valores Mobiliários

Claudia Darlin

Claudia Darlin

Bacharelado em Direito
Analista de Investimentos.



DISCLAIMER

Este documento (caracterizado como relatório, parecer ou análise) foi preparado para uso exclusivo do destinatário, não podendo ser reproduzido ou distribuído por este a qualquer pessoa sem expressa autorização da empresa. As informações aqui contidas são somente com o objetivo de prover informações e não representa, em nenhuma hipótese, uma oferta de compra e venda ou solicitação de compra e venda de qualquer valor mobiliário ou instrumento financeiro. Trata-se apenas uma OPINIÃO que reflete o momento da análise e são consubstanciadas em informações coletadas em fontes públicas e que julgamos confiáveis. A utilização destas informações em suas tomadas de decisão e consequentes perdas e ganhos não nos torna responsáveis diretos. As informações aqui contidas não representam garantia de exatidão das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade delas, e não devem ser consideradas como tais. As informações deste documento estão em consonância com as informações sobre os produtos mencionados, entretanto não substituem seus materiais oficiais, como regulamentos, prospectos de divulgação e outros. É recomendada a leitura cuidadosa destes materiais, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo, aos riscos e à política de investimento dos produtos. Todas as informações podem ser obtidas com o responsável pela distribuição, gestão ou no site da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Sua elaboração buscou atender os objetivos de investimentos do cliente, considerando a sua situação financeira e seu perfil. A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura e os produtos estruturados e/ou de longo prazo possuem, além da volatilidade, riscos associados à sua carteira de crédito e estruturação. Os riscos inerentes aos diversos tipos de operações com valores mobiliários de bolsa, balcão, nos mercados de liquidação futura e de derivativos, podem resultar em perdas aos investimentos realizados, bem como o inverso proporcionalmente. Todos e qualquer outro valor exibido está representado em Real (BRL) e para os cálculos, foram utilizadas observações diárias, sendo sua fonte o Sistema Quantum Axis e a CVM. A contratação de empresa de consultoria de valores mobiliários para a emissão deste documento não assegura ou sugere a existência de garantia de resultados futuros ou a isenção de risco. Cabe a consultoria de valores mobiliários a prestação dos serviços de orientação, recomendação e aconselhamento, de forma profissional, independente e individualizada, sobre investimentos no mercado de valores mobiliários, cuja adoção e implementação sejam exclusivas do cliente. Na apuração do cálculo de rentabilidade da carteira de investimentos são considerados os recursos descritos no art. 6º da Resolução CMN nº 4.963/2021, provenientes do recolhimento das alíquotas de contribuição dos servidores, exclusivamente com finalidade previdenciária, excluindo qualquer tipo de recurso recebidos com finalidade administrativa, em consonância com a Portaria nº 402/2008, art. 15, inciso III, alínea "a". Os RPPS devem estar adequados às normativas pertinentes e principalmente a Portaria nº 519/2011 e suas alterações, além da Resolução CMN nº 4.963/2021, que dispõem sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social, instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios e dá outras providências.